

CAPÍTULO 4

PERÍCIA DE CONDIÇÃO EM EMBARCAÇÕES UTILIZADAS NO TRANSPORTE A GRANEL DE PETRÓLEO E SEU DERIVADOS

0401 - DEFINIÇÕES

- a) **ANP** – Agência Nacional do Petróleo.
- b) **AJB** – Águas Jurisdicionais Brasileiras.
- c) **IMO** – Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organization*).
- d) **OCIMF** – Forum Internacional das Empresas de Petróleo (*Oil Companies International Marine Forum*).
- e) **SIRE** – Relatório de Inspeção de Navios (*Ship Inspection Report*).
- f) **SIGOTT** – Sociedade Internacional de Navios Tanques para Gás e Operadores de Terminais (*Society of International Gas Tankers and Terminals Operators*).
- g) **ISGOTT** – Guia Internacional de Segurança para Navios Tanques Petroleiros e Terminais (*International Safety Guide for Oil Tankers and Terminals*).
- h) **Declaração de Conformidade** – documento que atesta a conformidade da embarcação com os requisitos estabelecidos nas normas em vigor aplicáveis ao transporte a granel e seus derivados.
- i) **Declaração Provisória de Autorização para Operação** – documento, com validade máxima de trinta dias, que autoriza a operação da embarcação até a emissão da Declaração de Conformidade.
- j) **Perícia de Condição de Petroleiro** – assim denominada a perícia de condição realizada em qualquer embarcação que transporte petróleo e/ou derivados.

0402 - APLICAÇÃO

Deverá ser realizada perícia de condição para o transporte a granel de petróleo e seus derivados em todas as embarcações utilizadas nesse tipo de transporte na navegação de longo curso, cabotagem, apoio marítimo, apoio portuário e na navegação interior.

0403 - ISENÇÃO DA PERÍCIA DE CONDIÇÃO

Nas perícias de condição de navio empregado na navegação de longo curso, bem como das embarcações afretadas por período igual ou inferior a trinta dias, não será exigida a desgaseificação dos tanques. Nesse caso, contudo, a Declaração de Conformidade terá validade apenas para o período em que o navio estiver efetivamente operando em AJB, com o limite máximo de trinta dias.

0404 – REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS

As perícias serão realizadas no período diurno, por perito das Capitânias e Delegacias (CP/DL), antes de qualquer carregamento ou descarregamento da embarcação.

0405 - PRÉ-REQUISITOS DA PERÍCIA

a) Classificação

A embarcação estrangeira que for operar em AJB por período superior a 30 (trinta) dias deverá ser mantida em classe e possuir os certificados estatutários emitidos por uma das Sociedades Classificadoras autorizadas a atuar em nome do Governo Brasileiro.

b) Condições do navio

O navio deverá, antes do início da perícia, estar fundeado em águas abrigadas ou atracado e totalmente descarregado.

Para serem periciados, os navios com mais de dez anos após a data da entrega deverão estar com os tanques de carga desgaseificados e sem lastro, observando-se as medidas de segurança aplicáveis.

Após a Perícia inicial, os tanques de carga dos navios enquadrados na alínea anterior deverão ser novamente periciados entre dois e três anos após a data da perícia inicial. O Armador poderá solicitar que essa perícia seja realizada por ocasião das docagens estatutárias a que o navio está sujeito.

c) Solicitação da Perícia

I) Embarcações estrangeiras para as quais já tenha sido emitido AIT e para embarcações de Bandeira Brasileira.

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia (CP/DL) do porto onde a perícia deva ser realizada uma Solicitação de Perícia de Condição de Petroleiro (SPCP), formalizada em documento preenchido de acordo com o modelo constante do [ANEXO 4-A](#), tendo como anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no item [0103](#) desta NORMAM. A solicitação deverá dar entrada na CP/DL, com cópia para a DPC, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax.

II) Embarcações estrangeiras para as quais ainda não tenha sido emitido o AIT.

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia (CP/DL) do porto onde a perícia deva ser realizada uma Solicitação de Perícia para Emissão de AIT, assinalando o campo relativo à Perícia de Condição de Petroleiro (PCP), formalizada em documento preenchido de acordo com o modelo constante do [ANEXO 1-E](#), tendo como anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no item [0103](#) desta NORMAM. A solicitação deverá dar entrada na CP/DL, com cópia para a DPC, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax.

d) Documentação

Os Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais, das quais o Governo Brasileiro é signatário, os certificados de classe e de registro da embarcação, e os documentos que comprovem a razão social do armador, operador, do proprietário da carga, segurador do casco, seguradora da carga e segurador do navio (*P&I Club*) deverão estar disponíveis a bordo por ocasião da perícia.

e) Apoio

Os armadores ou seus prepostos deverão providenciar todo o apoio de material, transporte local, etc., necessários para realização da perícia de condição. Deverá, também, haver o contato prévio com a CP/DL para o detalhamento do apoio necessário.

0406 - ESCOPO DA PERÍCIA

a) Certificados

Deverão ser verificados os Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais das quais o Governo Brasileiro é signatário, os certificados de classe e de registro da embarcação e os documentos que comprovem a razão social do armador, operador, proprietário do navio, segurador do casco, seguradora da carga e segurador P&I do navio (*P&I Club*).

b) Estrutura

Os peritos deverão realizar inspeção das estruturas internas dos tanques/porões de carga, tanques de lastro e outros tanques, caso existentes. Examinar re-

latório da última docagem (*survey report*) e de programas de perícias intensificadas (*enhanced survey*).

c) Sistemas

Deverá, também, ser realizada inspeção visual e testes operacionais aleatórios em sistemas de navegação, prevenção da poluição, carga e lastro, gás inerte e lavagem de tanques com óleo cru (COW), amarração, comunicações, propulsão e sistema de governo e condições gerais.

d) Procedimentos operacionais

Deverão ser verificados os sistemas de gerenciamento de segurança, carga e descarga, transbordo entre navios e demais instruções e procedimentos operacionais.

0407 - PROCEDIMENTO DE LIBERAÇÃO DO NAVIO PARA CARREGAMENTO

a) Navio sem deficiências:

Após a realização da perícia, caso não sejam apontadas deficiências, será emitida uma Declaração de Conformidade de acordo com o modelo contido no Anexo 4-C, com validade de um ano.

b) Navio com deficiências não relacionadas com a estrutura:

A [Declaração Provisória de Autorização para Operação](#) deverá ser emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado, caso as deficiências apontadas não representem risco para o navio. Nesse caso, a declaração deverá possuir em anexo uma lista com as exigências, contendo a natureza e o prazo para o seu cumprimento.

Caso sejam constatadas pelo perito deficiências que requeiram análise aprofundada, o navio não será autorizado para operação, devendo ser solicitado ao Armador que obtenha da Sociedade Classificadora do navio um parecer específico sobre a discrepância apontada. Somente após a análise desse parecer, o Capitão dos Portos ou o Delegado irá avaliar a conveniência de emitir a Declaração de Conformidade correspondente e/ou determinar a correção das deficiências apontadas.

c) Navio com deficiências estruturais:

Caso sejam constatadas pelo perito deficiências ou avarias de caráter estruturais, o Armador ou seu representante deverá acionar a Sociedade Classificadora do navio, que passará a acompanhar os reparos para posteriormente solicitar à CP/DL a baixa nas exigências observadas. A liberação do navio ficará condicionada a análise e ratificação, pelo Capitão dos Portos ou Delegado, do relatório da Sociedade Classificadora que mantém o navio em classe, atestando que as deficiências observadas foram sanadas e da sua confirmação a bordo pelo perito.

0408 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA DE EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NO TRANSPORTE A GRANEL DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

A solicitação à CP/DL da autorização para operação do navio para transporte a granel de petróleo e seus derivados, deverá conter os seguintes documentos:

- 1) Requerimento ao CP/DL, solicitando a realização da perícia, conforme modelo do [Anexo 4-A](#), preenchido com os dados da embarcação a ser periciada.;
- 2) Certificado de Autorização de Afretamento (CAA) ou Certificado de Liberação de Embarcação (CLE), emitidos pelo órgão federal competente, para navios estrangeiros;
- 3) Certificado de Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo ou outra garantia financeira equivalente, estabelecido na Convenção CLC;
- 4) Cópia de Certificado de Seguro P&I com cláusula de remoção de destroços; e

- 5) Documentos que comprovem a razão social do armador, operador, segurador do casco e segurador do navio

0409 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E PRAZO DE VALIDADE

Após a análise dos documentos e da verificação da inexistência de deficiências, ou de que as deficiências observadas na perícia foram sanadas, a CP/DL emitirá a DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (STATEMENT OF COMPLIANCE) para o navio, com validade de 1 (um) ano a contar da data da perícia. O modelo do DOCUMENTO DE CONFORMIDADE encontra-se no [ANEXO 4-C](#).

A Declaração de Conformidade será emitida em quatro vias originais que serão destinadas, respectivamente, para a DPC, ANP, CP/DL e para a embarcação. As duas vias destinadas a DPC e a ANP deverão ser encaminhadas à DPC.

A renovação da Declaração de Conformidade deverá ser efetuada mediante a realização de nova perícia.

0410 - CONTROLE

A DPC divulgará e manterá atualizada a listagem com navios autorizados para efetuar transporte de petróleo e seus derivados, na página da Internet.

Caberá às CP/DL o envio à DPC de cópia da Declaração Provisória de Autorização para Operação, da comunicação da retirada das deficiências porventura existentes e da Declaração de Conformidade emitidas.

O navio que receber a Declaração Provisória de Autorização para Operação somente constará da listagem de navios autorizados publicada pela DPC, após cumprir as exigências apontadas na perícia.

A solicitação de perícia para retirada de exigências deverá ser encaminhada preferencialmente à mesma CP/DL que efetuou a perícia inicial. No caso em que a retirada de exigência for efetuada em outro local, a CP/DL que efetuar a verificação do cumprimento das exigências deverá comunicar o resultado da verificação à CP/DL onde foi realizada a perícia inicial, a fim de possibilitar a emissão da Declaração de Conformidade.

As embarcações autorizadas a efetuar o transporte de petróleo e seus derivados em AJB deverão manter a bordo a [DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE](#) ou a [DECLARAÇÃO PROVISÓRIA DE AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO](#).

0411- ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS PARA A ANP

As Declarações de Conformidade definitivas serão encaminhadas mensalmente à ANP pela DPC, que receberá as vias emitidas pelas CP/DL.